

# DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DEGRADAÇÃO HUMANA

## ECONOMIC DEVELOPMENT AND HUMAN DEGRADATION

Adriano Castorino 1  
Frank W. R. S. Dalsasso 2

**Resumo:** O presente trabalho faz uma leitura dos autores Jessé Souza, Richard Sennett e Zygmunt Bauman. Simula uma conversa entre estes três autores que embora tragam obras distintas convergem suas ideias em muitos pontos. Discorre sobre o efeito que o sistema capitalista faz no regramento social e como isso incide sobre o caráter, a integridade e a honra das pessoas, sobretudo no que diz respeito às relações de trabalho. Além disso, o foco também é discutir os impactos dos ideários de desenvolvimento e crescimento econômico na desregulação do trabalho, na flexibilização e no modelo de desenvolvimento regional.

**Palavras-chave:** Sistema Capitalista. Desenvolvimento. Crescimento Econômico. Desregulação do Trabalho. Flexibilização. Desenvolvimento Regional.

**Abstract:** This article is about some reads by authors Jessé Souza, Richard Sennett and Zygmunt Bauman. It simulates a conversation between these three authors who, although they bring different works, converge their ideas in many points. It discusses the effect that the capitalist system has on social rule and how this affects the character, integrity and honor of people, especially with regard to labor relations. In addition, the focus is also on discussing the impacts of the ideals of development and economic growth on the deregulation of labour, on flexibility and on the regional development model.

**Keywords:** Capitalist System. Development. Economic Growth. Labor Deregulation. Flexibility. Regional Development.

Técnico em Assuntos Educacionais, professor, antropólogo e pesquisador da Universidade Federal do Tocantins. 1  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0574458524737559>.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7979-6694>.  
E-mail: [adrianocastorino@uft.edu.br](mailto:adrianocastorino@uft.edu.br)

Advogado, estudante do Mestrado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins. 2  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5894974277860840>.  
E-mail: [frankwillian@rsdadv.com.br](mailto:frankwillian@rsdadv.com.br)

## Introdução

Neste atual momento em que estamos vivendo, sobretudo em decorrência dos efeitos da Pandemia de Covid – 19, as desigualdades estão a cada dia ocupando mais espaço e relevância, como tema principal nos veículos de comunicação formais, como revistas e jornais, e informais, através de conversas em redes sociais, em casa ou outros estabelecimentos. É possível constatar que as condições objetivas de vida, da maioria da população, estão piorando.

Com essas premissas, apresentamos os autores que aqui serão usados como base para a discussão do tema da degradação humana num contexto de sociedade de mercado. Este texto surge, portanto, a partir das discussões sobre degradação humana. Com isso, houve a necessidade de constituir uma argumentação levando em conta o contexto brasileiro de desigualdade social, os efeitos da sociedade de mercado e a exacerbação da individualidade.

Para começar, temos Jessé Souza, que é graduado em direito e mestre em sociologia pela UnB, e doutor em sociologia pela Universidade de Heidelberg, Alemanha. O professor Souza é titular de sociologia da UFABC e é autor de uma vasta lista de livros, artigos e capítulos de livros em sua área de atuação. O livro aqui utilizado foi *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato* (2017), no qual o autor parte da premissa de que “os chamados donos do poder perpetuaram um modelo baseado na servidão, simbolizada pela “ralé” dos dias atuais”.

O segundo autor a ser tratado neste trabalho é Richard Sennett. Este é doutor em História da Civilização Americana pela Universidade de Harvard e dedicou seus estudos a analisar a vida dos trabalhadores no meio urbano. O professor Sennett é emérito na Escola de Economia e Ciência Política de Londres, professor na Universidade Nova York e colabora com o MIT, a Faculdade Trinity e a Universidade de Cambridge, bem como é consultor da Unesco e dirige o *American Council on Work*. É autor de diversos livros tratando do tema capitalismo contemporâneo. A obra que aqui será tratada é *A corrosão do caráter* (2004), que aborda o cenário contemporâneo do trabalho “para entender o contexto político e social do mundo pré e pós-globalizado e para confrontar uma economia baseada no princípio de “sem comprometer a longo prazo”.

## O terceiro sociólogo abordado é Zygmunt Bauman

Este se formou na Universidade de Varsóvia, contudo com a proibição de sua obra, o mesmo foi obrigado a mudar-se para a Inglaterra, depois de passar pelo Canadá, EUA e Austrália. Bauman foi professor titular da Universidade de Leeds e seus livros falam das conexões sociais potenciais na sociedade contemporânea. Infelizmente em 2017, Bauman veio a falecer e a sociologia perdeu um de seus grandes pensadores. Em seu livro *A Sociedade Individualizada: vidas contadas e histórias vividas* (2008), o autor relata que a individualização é o destino de todo o sujeito dos grandes centros. Isso faz os indivíduos agirem em função dos problemas e medos, e quando buscam um sentido para as suas vidas e culpam suas falhas pelas derrotas ocorridas.

## Uma conversa entre Souza, Sennett e Bauman

Como seria uma conversa entre estes três autores que embora tragam obras distintas convergem suas ideias em muitos pontos? Começamos pela obra intitulada *A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato* (2017). É um livro que desperta um sentimento de questionamento e debate, merecendo assim ser apoiado. O autor busca explicar o Brasil desde a herança colonial, traçando as raízes da desigualdade brasileira e demonstrando que esta é também herança do processo de escravidão em nosso País.

Souza nos leva a refletir sobre o Estado que não enxerga as diferenças entre público e privado, pois é mais importante manter seus interesses e por consequência os da elite de mando, que é quem tem o poder econômico e político, mantendo assim a corrupção intrinsecamente no poder. Assim, o autor argumenta que no Brasil há como um conluio entre as classes que dominam o estado e os grupos econômicos, dentre estes, os donos de empresa de mídia, isso ajuda a degradar as condições de vida (e de trabalho) ao mesmo tempo que cada vez mais as classes mais ricas ficam sempre mais ricas. Uma prova desse argumento do autor é

o quando ele explica o que é a elite do atraso:

A elite do atraso e seu braço midiático fazem parte, portanto, do mesmo esquema de deprender a população em seu benefício. É o que explica a constante necessidade de criar espantalhos para desviar a atenção do público do que lhe é surrupiado e explicar a penúria que seu saque provoca por outras causas. O espantalho perfeito é a corrupção dos tolos só da política, quando esses são meros lacaios de quem financia sua eleição para que protejam seus privilégios no mercado. Usa-se o desconhecimento da população, provocado pela distorção sistemática da realidade produzida pela própria mídia, para manipulá-la ao sabor da conjuntura que convém à elite do atraso. Quem comanda o assalto à população é a fração financeira do capital e da propriedade por meio de uma dívida pública que só cresce e pelo mecanismo de transferência de renda via juros e controle do orçamento público. Como as outras frações dos proprietários, como a indústria, o comércio e o agronegócio, retiram o lucro grande também da especulação financeira, isso explica que o comando de todo o processo econômico e político seja exercido pela fração dos rentistas. (SOUZA, 2017, p.229- 230).

Segundo o autor, a estrutura social teve seu início para defender os interesses econômicos e se manteve até a Era Vargas em que a classe média começa a busca por organizar um poder ideológico para condicionar o poder político a atuar de acordo com as suas regras. Souza relata que são duas ideias que nos fazem de imbecis: o patrimonialismo e o populismo, ambos se tornam vilões de todos os problemas sociais existentes. O interesse comum é sempre corrompido pelas classes que governam o estado. Nesse ponto, portanto, é possível trazer ao debate Richard Sennett. Há uma citação que corrobora um pouco essa ideia:

[...] quanto mais as pessoas conceberem o domínio político como a oportunidade para se revelarem umas às outras, compartilhando de uma personalidade comum, coletiva, tanto mais serão desviadas do uso de sua fraternidade para transformarem as condições sociais. Manter a comunidade se torna um fim em si mesmo; o expurgo daqueles que realmente não pertencem a ela se torna a atividade da comunidade. Um princípio para se recusar a negociar, para se expurgar continuamente os forasteiros, resulta do desejo supostamente humanitário de apagar a impessoalidade nas relações sociais. E, na mesma medida, esse mito é autodestrutivo. A procura pelos interesses comuns é destruída pela busca de uma identidade comum. (SENNETT, 1999, p. 319).

Retomando com Souza, o autor explica que todo o problema da sociedade brasileira perpassa a colonização e a escravidão dos negros, pois com ela que naturalizamos a miséria e aprendemos a não nos importarmos com o sofrimento alheio, tornando os escravos como subumanos, pois víamos aquele que era de classe social inferior não como um ser humano, mas sim como uma coisa. Em sua visão ao invés de trabalharmos para recuperarmos aqueles que foram vítimas da sociedade colonial e escravocrata preferimos crer na falsa ideia de que a corrupção é herança meramente ocasionada pela vinda de pessoas corruptas no processo de colonização. Assim, desde a construção inicial da nação, por assim dizer, o modelo de “desen-

volvimento” jamais incluía nem a população indígena e, mais tarde, nem os negros trazidos como escravos:

Da cidade foi o negro, realmente, escorraçado. Com a intensificação da imigração, os trabalhadores estrangeiros, que gozavam da preferência dos empregadores, passavam a se concentrar nos centros urbanos mais desenvolvidos. A região sul, pelas suas condições climáticas e melhores possibilidades oferecidas pelo mercado de trabalho, foi a que mais atraiu o imigrante europeu. As cidades de São Paulo, Curitiba, e Desterro (hoje Florianópolis) foram, aos poucos, transformando velhos hábitos e costumes pelo processo de europeização. À medida que isso acontecia, aumentavam as dificuldades para negros e mulatos no mercado de trabalho, atingindo também os demais (LUNA, 1968, p.207).

Segundo o autor, embora a escravidão já tenha sido abolida há 131 anos, a classe pobre ainda vive no mesmo contexto, realizando os mesmos trabalhos e têm famílias desestruturadas, sendo de todos os países o único comparável ao Brasil a África do Sul devido a política de apartheid que durou anos naquele país. Essa fala de Souza mostra que, em sua visão, um projeto político que ousou incluir os pobres, de todos matizes, como indígenas e negros, ribeirinhos, assentados da reforma agrária, por exemplo, em políticas públicas, foi duramente combatido por essa junção formada pelo que Souza chama de *Elite do atraso* e os conglomerados de mídia. Isso resultou numa criminalização da política, como um todo, e na destituição do governo do Partido dos Trabalhadores e o aumento das desigualdades sociais e da pobreza.

Neste sentido, mesmo que houvesse indícios de corrupção durante os governos do Partido dos Trabalhadores, o processo de investigação e julgamento estava todo contaminado em princípio, porque pairava essa dúvida central: a condenação seria pelos feitos havidos nos governos ou pelas narrativas sobre eles construídas? Assim, Sousa afirma que a retirada do Partido dos Trabalhadores da presidência da República se deu pela audácia política deste partido em erradicar a pobreza numa sociedade que não deseja a igualdade. Para o autor, por tanto, a Lava Jato não lutou pelo fim da corrupção, mas sim para impedir que as desigualdades sociais fossem diminuídas. A Operação Lava a Jato seria, entre tantos, um exemplo desse complô das classes dominantes e os conglomerados de mídia.

Para Souza, a tríade entre patrimonialismo, moralismo e racismo no Brasil pode ser personificada em três frações pertencentes aos tipos de classe média: Deltan Dallagnol que é a personificação do protofascismo das manifestações verde-amarelas e da Lava Jato, o ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Roberto Barroso que é a fração centro e liberal, por fim Fernando Haddad que segundo o autor pertencente a classe média de Oslo, que pensa viver em um contexto socioeconômico civilizado e abastado semelhante a Noruega.

As classes superiores, que monopolizam capital econômico e cultural, têm que justificar, portanto, seus privilégios. O capital econômico se legitima com o empreendedorismo, de quem dá emprego e ergue impérios, e com o suposto bom gosto inato de seu estilo de vida, como se a posse do dinheiro fosse mero detalhe sem importância. A legitimação dos privilégios da classe média é distinta. Como seu privilégio é invisível pela reprodução da socialização familiar que esconde seu trabalho prévio de formar vencedores, a classe média é a classe por excelência da meritocracia e da superioridade moral. Eles servem tanto para distingui-la e para justificar seus privilégios em relação aos pobres como também em relação aos ricos. É que, se os pobres são desprezados, os ricos são invejados.

Existe uma ambiguidade nesse sentimento, em relação aos ricos, que vincula admiração e ressentimento. A suposta superioridade moral da classe média dá a sua clientela tudo aquilo que ela mais deseja: o sentimento de representarem o melhor da sociedade. Não só a classe que merece o que tem por esforço próprio, conforto que a falsa ideia da meritocracia propicia; mas, também, a classe que tem algo que ninguém tem, nem os ricos, que é a certeza de sua perfeição moral. (SOUZA, 2017, p.153).

Em seu trabalho, o autor não aponta apenas indivíduos como peças-chaves no cenário social que nos encontramos, sendo que um dos mais destacados em seu livro é a Universidade de São Paulo (USP), o que fica evidente no trecho destacado.

A USP foi criada por essa mesma elite desbancada do poder político, e pensada como a base simbólica, uma espécie de *think tank* gigantesco do liberalismo brasileiro a partir de então. E também desse projeto bem urdido de contrapor a força das ideias generalizadas na sociedade contra o poder estatal desde que este seja ocupado pelo inimigo político à época representado por Getúlio Vargas. Sergio Buarque é menos o criador e mais o sistematizador mais convincente do moralismo vira-lata que irá valer, a partir de então, como versão pseudo crítica do país acerca de si mesmo. Como o Estado corrupto passa a ser identificado como o mal maior da nação, a elite do dinheiro ganha uma espécie de carta na manga que pode ser usada a partir de então sempre que a soberania popular ponha, inadvertidamente, alguém contrário aos interesses do poder econômico. A partir desse eixo intelectual eivado de prestígio, essa concepção se torna dominante no país inteiro. Isso não significa dizer que a USP não tenha produzido coisa distinta do liberalismo conservador das elites, como Florestan Fernandes, representante de tendências dominadas e distantes dos mecanismos de consagração (pag. 131).

Para Souza, os fortes ataques contra a educação que vinha sendo construída no Brasil, cujo foco era beneficiar, também, as classes mais pobres revela como há o ódio de classe. Porque o pensamento crítico, inevitável quando se mostra as mazelas das desigualdades, tinha de ser combatido, porque, segundo o autor, essas classes mais pobres, para o bem viver das elites, jamais podem ser críticas, questionadoras e autônomas. O autor também ressalta que a desigualdade social não se dá apenas no âmbito político, temos a socialização, a experiência de classe, a distribuição desigual dos equipamentos e recursos educacionais e as formas de segregação urbana como marcas indeléveis da desigualdade no Brasil.

O modelo de desenvolvimento brasileiro, para o autor, sempre foi feito para que os pobres participassem apenas com a mão de obra, antes escrava e hoje mal remunerada e espoliada. Souza explica que não podemos nos esquecer da “roupagem de um capitalismo selvagem” traduzida pela financeirização, Toyotismo e flexibilização do trabalho de novas forças estruturantes que gerariam trabalhadores distantes das fábricas que produziriam uma nova ralé. Esse é o contexto do modelo de desenvolvimento, num plano global, que também acontece num plano regional, basta ver, como demonstra o autor, como são as condições objetivas de vida das pessoas em favelas, guetos e rincões desse imenso Brasil.

Agora falando de modo mais específico do livro de Sennett, *Corrosão do caráter* (2004) apresenta um total de oito capítulos, escritos em uma linguagem acessível e de fácil leitura. Traz uma análise sociológica detalhada, referente as profundas mudanças no mundo do tra-

balho (também chamado de *mercado de trabalho*). Na primeira parte do livro, o autor afirma que o capitalismo se encontra em um momento intitulado como “de natureza flexível”, ataca os modelos de burocracias rígidas, assim ocasionando situações de ansiedade nas pessoas, as quais não têm noção dos riscos que futuramente enfrentarão e até onde conseguirão chegar. Desta maneira, formando um ambiente de teste pessoal do senso de carácter de cada pessoa, sendo assim o autor define carácter como um valor ético atribuído aos nossos desejos individuais e relações intrapessoais, em outras palavras, se refere a valorização dos traços pessoais que temos e buscamos, assim como esperamos que as outras pessoas valorizem também.

Sennett acredita que o novo modelo de capitalismo, este que é ainda mais voraz porque impõe a flexibilidade total de todas as regras de proteção do trabalho, está afetando o carácter individual das pessoas, pelo fato de não disponibilizar condições favoráveis para gerar a criação de uma narrativa simples, embasada na experiência. O trabalho neste modelo de capitalismo não é mais um atributo da experiência humana.

Através da utilização do recurso metodológico de histórias de vidas, Sennett retrata que apesar de toda a burocracia e rotina que um trabalhador fordista enfrentava diariamente, ele conseguia, através do uso disciplinado do tempo (expectativas a longo prazo), gerar uma história cumulativa. Porém, quando referimos ao trabalhador flexibilizado, as relações de trabalho e os laços de afinidade estabelecidos, não acontecem ao longo prazo, em consequência das incertezas e mudanças contínuas na vida profissional, econômica e de moradia, impossibilitam que esses laços de afinidades sejam estabelecidos ou mantidos, com os amigos, família, vizinhos e outros. Sendo assim Sennett pergunta: “*como se pode buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações duráveis?*” (2004, p.27).

De acordo com Sennett (2004), a sociedade contemporânea está em contínuo conflito com o tempo rotineiro, com o modo taylorista/fordista. Para o autor a sociedade procura fugir da rotina através da reestruturação do tempo, com instituições mais flexíveis, desenvolvendo novas formas de poder e controle, pois estas geram um movimento estrutural que agrega a reinvenção rompendo o presente com o passado atacando assim a burocracia:

As empresas cooperam e competem ao mesmo tempo, buscando nichos no mercado que cada uma ocupa temporariamente, e não permanentemente, adaptando a curta vida de produto de roupas, têxteis ou peças de máquinas (SENNETT, 2004, p.59).

Segundo o autor explica, a concentração de poder sem centralização pode em um primeiro momento parecer que não há chefes, porém decide o que *fazer* e *quando* sempre será o capitalismo, como se fosse o uma mão invisível. A flexibilidade nas ações exige também a flexibilização do carácter e a ausência de apego temporal, de laços duradouros. Para Sennett, o trabalho flexível leva a um processo de degradação dos trabalhadores de ofício, pois a introdução de novas tecnologias organizacionais torna a atividade superficial e ilegível, porque as mudanças ocorridas levam em consideração a capacidade imediata e não o conhecimento adquirido ao longo da experiência. Isso acaba levando os indivíduos ao sentimento de esvaziamento completo, tanto moral, social, cultural e político.

Sennett enfatiza que mesmo o trabalho flexível buscando romper com a rotina e a burocracia, paradoxalmente, não ocorreu ainda superação do trabalho fordista. O que houve foi uma degradação profunda e progressiva que afetou negativamente as relações de trabalho, os indivíduos e a ética do trabalho em equipe. Deste modo, o trabalho em equipe gera um novo modelo de carácter, o qual o homem dito como motivado é substituído pelo homem irônico, consequência de viver em um tempo flexível, sem um conceito humano de responsabilidade e autoridade. Por este motivo, a maior dificuldade encontrada é construir uma história de vida, por meio de um capitalismo em que as pessoas se encontram à deriva, descartáveis. Sendo assim, as pessoas são incutidas a pensar que a resposta para a questão a cima depende ou encontra-se na maneira como lidam com as frustrações e fracassos.

Essa lógica impede que percebam que a degradação é o método, a finalidade e cerne do sistema flexibilizado.

A ansiedade diz respeito ao que poderia acontecer; o medo, àquilo que sabemos que vai acontecer. A ansiedade manifesta-se em condições ambíguas, e o medo, quando a dor ou o azar está claramente definido. [...] Quando as empresas são submetidas a reengenharia, muitas vezes os empregados não têm ideia do que lhes acontecerá, pois as modernas formas de reestruturação corporativa são impulsionadas pelo passivo e o valor das ações estabelecido nos mercados financeiros, e não pelo funcionamento interno da empresa (SENNETT, 2006, P. 54).

Atualmente o fracasso é considerado um fenômeno de âmbito social que afeta de certo modo todas as pessoas, e o qual ainda não possuiu uma solução direta ou uma fórmula milagrosa, como tentam livros de autoestima e auto ajuda. Os tabus que acompanham o conceito de fracasso afirmam que ele é uma experiência que na maioria das vezes se mostra de forma confusa, deste modo a solução para enfrentar esse impasse deveria ser, como enfatiza Sennett, de contexto coletivo, utilizando como base experiências compartilhadas para tentar encontrar a saída (solução).

De acordo com Gilley (1999) o medo e da desconfiança levam o indivíduo a temer o fracasso uma vez que com ele virá uma punição o que distancia o conhecimento e a ação pois o indivíduo terá medo de aplicar o que sabe, errar e ser punido, portanto o medo do fracasso torna presos a autocensura e intimidados, sufocando, assim suas as reações emocionais e por conseguinte a criatividade, aptidão, coragem e alegria não estarão à disposição para auxiliar no crescimento.

De acordo com Toro (2002) ser criativo é uma capacidade inerente a todos os indivíduos e que possibilita a sua flexibilidade diante da vida estando ligada aos impulsos de inovação presente nos organismos vivos. Para Sennett outro dilema é o fato de os trabalhadores sentirem-se cada vez menos importantes uma vez que relações entre as pessoas no trabalho são superficiais e descartáveis e a lealdade, confiança e compromisso praticamente inexistem. Assim, na mesma medida em que avança os modelos de trabalho flexibilizados, mas também aumenta o a insegurança do trabalhador, isso acarreta adoecimento, angustia, sofrimento.

À medida que diminui a segurança no emprego, o medo abre uma porta para o sofrimento. Quem sofre é o sujeito, e sofre dentro e fora da organização. O desempregado, excluído do mercado de trabalho, tem medo de não encontrar um novo emprego, e o empregado, que está dentro da organização, sofre com o medo e com as pressões que podem virar ameaças, e até mesmo desembocar em novas demissões. Inúmeras pesquisas e estudos que investigam a saúde do trabalhador em seu ambiente de trabalho advertem: o maior medo de quem tem emprego hoje é perdê-lo (CASTELHANO, 2005, p. 15).

Considerando agora Bauman, para quem há uma modernidade *pesada* que possibilitava a ligação do capital com o trabalho, em que se estabeleceu a seguinte relação: os trabalhadores necessitavam dos empregos para viver e o capital dependia do trabalhador para crescer, e essa estrutura de interdependência podia perdurar a vida toda, já na modernidade *leve* os contratos tornaram-se curtos e os empregos incertos.

Esse encontro tinha um endereço fixo; nenhum dos dois poderia se mover para outra parte com facilidade - as paredes maciças da fábrica mantinham ambos os sócios em uma prisão compartilhada. O capital e os trabalhadores estavam unidos, poderíamos dizer, na riqueza e na pobreza, na saúde e na doença, até que a morte os separasse. A fábrica era a residência comum deles - o campo de batalha para a guerra de trincheiras e o lar natural de esperanças e sonhos. (BAUMAN, 2008 p 33).

A modernidade na Revolução Industrial também é analisada por Sennet:

[...] na Revolução Francesa, a liberdade produziu resultados realmente inesperados. Mais do que o pesadelo que assombrava Le Bom – uma massa de corpos em movimento, selvagem, numa extensão sem limites – a Revolução mostrou como as multidões se acalmam nos grandes locais abertos para a encenação de seus eventos públicos mais importantes. O espaço da liberdade pacificou o corpo revolucionário (SENNETT, 2004, p. 244).

De acordo com Bauman, a cultura segrega as pessoas em categoria para trazer a ordem e a segurança e por consequência a possibilidade de prever os resultados das ações.

A cultura é a atividade de fazer distinções, de classificar, segregar, marcar fronteiras - divide as pessoas em categorias unidas internamente pela similaridade e separadas externamente pela diferença; e de diferenciar os alcances de conduta atribuídos aos humanos alocados nas diferentes categorias (BAUMAN, 2005, p. 46).

O mal-estar da pós-modernidade, como diz Bauman, é a impotência e a inadequação. O fato de não saber ao certo o que vai acontecer nem saber como se comportar, tampouco prever qual será o resultado de determinadas ações leva ao sentimento de incerteza.

A falta de clareza de hoje é um produto da ânsia de tornar as coisas mais claras; a maior parte da ambivalência sentida se origina nos esforços difusos e disparatados para eliminar a equivocabilidade de localidades selecionadas, separadas e sempre confinadas (BAUMAN, 2008, p.93).

Num modelo tão flexível, desregulamentado, fragmentado, como demonstram Bauman e Sennett, os efeitos podem ser ainda mais drásticos em uma sociedade como a brasileira, sobretudo porque no Brasil há populações com outras lógicas de vida, como povos indígenas, por exemplo.

### **Outras lógicas, outros significados**

Agora passo a comentar um ensaio sobre formação de professores Indígenas, *Sobre ensinar a sonhar* (2019) de Adriano Castorino. Em seu trabalho, o autor busca relatar as suas experiências com formação de professores e professoras indígenas. Já no início de seu relato o autor coloca que sua primeira experiência entrou em contato com os dilemas vividos por este grupo no que dizia respeito a fala, pois os docentes estavam entre ensinar seguindo o modelo



de escola estabelecido pelo governo ou ensinar de acordo com os seus próprios métodos. Uma vez que para os docentes o ensino deveria ensinar a existir, mas isso seria possível mantendo as regras estritas tão conhecidas de controle do tempo, disciplina, avaliações e registros seguindo os conteúdos meramente formais?

Segundo o autor a formação de professores é uma demanda que tem objetivos focados na educação e essa educação é centrada nas necessidades na comunidade na qual se está inserido e não no governo. Em uma aldeia indígena para ser um professor basta ter dois ouvidos e uma boca, se escuta mais do que se fala, pois nesta cultura o ensino a partir de uma compreensão de que o silêncio, os gestos, olhares, e linguagens não verbais ensinam tanto quanto as palavras.

Para Bauman (2007) a educação escolarizada tinha por objetivo a entrega de um produto a ser consumido, que o modelo de escola que realizava a “transmissão” do conhecimento aos alunos e davam ao professor autoconfiança para “passar” o conteúdo na forma que presumia ser já não existe e segundo o sociólogo, o “mundo do lado de fora” das escolas se desenvolveu de forma distinta daquela que as instituições estavam esperando para educar nossos alunos.

Nas salas de aula de universidades, muitas vezes os professores caracterizam e definem que a maioria dos indígenas presentes se mostram tímidos, reservados, não muito comunicativos e participativos. Por este motivo, Castorino começou a observar problemas referentes à prática de formação de professoras (es). Na universidade é comum que o professor seja tratado e considerado uma autoridade dentro da sala de aula, onde irá explicar e expor certo conteúdo. Sendo assim talvez esse modelo de autoridade citado anteriormente não seja totalmente eficaz ou aplicável na visão e costumes indígenas, como também nos modelos próprios de ensino.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 5/2012 no Artigo 19, parágrafo 2º:

Compete aos professores indígenas a tarefa de refletir criticamente sobre as práticas políticas pedagógicas da Educação Escolar Indígena, buscando criar estratégias para promover a interação dos diversos tipos de conhecimentos que se apresentam e se entrelaçam no processo escolar: de um lado, os conhecimentos ditos universais, a que todo estudante, indígena ou não, deve ter acesso, e, de outro, os conhecimentos étnicos, próprios ao seu grupo social de origem que hoje assumem importância crescente nos contextos escolares indígenas (BRASIL, 2012).

Castorino relata que em uma visita aos Apinajé (aldeia São José), localizada em Tocantinópolis, estado do Tocantins, a escola indígena estava repleta de crianças cheias de energia a fazer barulho enquanto os professores tentavam manter as regras impostas pelo Estado, contudo o fato de serem “livres” não as impedia de aprenderem tudo que lhes era ensinado, e o professor podendo aproveitar a criatividade e vivacidade daquelas crianças possivelmente obtivesse um processo de ensino muito mais eficiente.

De acordo com Castorino, o dia a dia das crianças em uma aldeia indígena é interrompido pelas atividades escolares que perfazem um currículo que não contempla a realidade local na qual elas estão inseridas, o professor é cobrado a manter a ordem, a disciplinar os estudos para garantir a manutenção de seus contratos de trabalho. Ali na aldeia, mesmo em uma sociedade feita com base nos laços afetivos, que é a cultura local, tanto a educação ofertada é um fator de disjunção quanto o modelo de trabalho dos professores é degradante porque baseado em contratos precários, temporários e, por isso mesmo, flexíveis.

A formação de professores recebida por estes eram apenas metas a serem seguidas, mas que na realidade servia apenas para gerar desconforto nos docentes como suas aulas causavam nos discentes, podendo assim, o autor verificar que existe uma distância imensa entre o que se propõe como currículo e o que estas pessoas precisam para a vida e para o cotidiano da aldeia.

A formação de pessoas para ministrar conteúdos, no sentido mais estrito do termo, é uma proposta mecanicista e que não alcança a diversidade de saberes e cosmovisões próprias a cada um dos povos indígenas do Brasil. A perpetuação da formação de professores/as como ministrantes de conteúdos, organizadores de burocracias e protocolos exigidos pelo estado não aproximará a escola da vida das crianças e jovens nos contextos de cada cultura indígena (CASTORINO, 2019).

Castorino explica que as comunidades indígenas sempre aprenderam através do diálogo existente entre as gerações, portanto se faz necessário estas populações dialogarem com os saberes vividos e praticados na sociedade e o ensino destas crianças deveria se adequar a isso.

### Considerações Finais

Até aqui as falas de Souza (2017), Sennett (2004) e Bauman (2008) ajudam a criar um panorama de como as ideias de *desenvolvimento econômico*, *desenvolvimento regional* trazem intrinsecamente valores que tornam a vida humana mais difícil ao mesmo tempo que promete, como lema, *desenvolver* as condições de vida. Isso acontece porque, no caso brasileiro, o modelo de desenvolvimento aplicado ainda é similar ao que foi aplicado no período colonial.

Isso tem algumas implicações, como mostra o texto de Castorino (2019), porque a educação indígena, por exemplo, é feita como se ainda houvesse uma lógica de assimilação, que fora feita pela catequese católica no Brasil colonial. Esse é só um exemplo que demonstra o tanto que os modelos de desenvolvimento ainda criam uma dicotomia, de um lado, o desenvolvimentismo cria uma obrigação de *desenvolver*, como regra de crescimento econômico, de outro, produzem o estigma de que as comunidades “arcaicas” precisam ser superadas porque são entraves ao desenvolvimento.

Essas comunidades “arcaicas” entre outras, são representadas pelos Povos Indígenas, por isso, ver a força da precarização do trabalho na aldeia, como são os contratos precários, lembra muito o que Sennett fala na obra aqui comentada. Assim, a força desse capitalismo flexível, que governa tudo e todos na economia globalizada, pode ser visto numa sociedade indígena enclacrada num canto longínquo do Brasil.

Além disso, no contexto mais amplo do mundo do trabalho, os autores aqui citados demonstram que o sucesso das políticas desenvolvimentistas é justamente o medo, o desemprego, a angústia, dos trabalhadores que, sucessivamente, se veem cada vez mais sem leis de proteção para o emprego e também sem renda fixa. Por isso, é possível ver, todos os dias, o que Bauman fala sobre o peso da pós modernidade, a excessiva individualização e a indigência: o desemprego, a pobreza e marginalidade. O mesmo é visto na argumentação de Sennett, o mundo do trabalho desregulado, mais arriscado, menos protegido e o trabalhador cada vez mais largado à própria sorte.

Por isso, este ensaio trouxe estes autores para demonstrar como os argumentos de cada um deles, de forma incisiva, se coadunam e confirmam, por isso, como essa nova fase do capitalismo é ainda mais voraz, desumana e danosa ao meio ambiente. Por ser assim, tão nociva, essa fase do capitalismo flexível está também intrinsecamente vinculada com interesses geopolíticos. Tanto é assim que as forças que se puseram em marcha contra os pífios avanços sociais dos governos do Partido dos Trabalhadores podem ser uma prova irrefutável da mão invisível do capital.

### Referências

BAUMAN, Z. **A Sociedade Individualizada: Vidas contadas, histórias vividas**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2008.

\_\_\_\_\_. **Los Retos de la Educación en la Modernidad Líquida**. Barcelona: Gedisa, 2007.  
BRASIL. **Resolução CNE/CEB 5/2012**. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de junho de 2012, Seção 1, p. 7.

CASTELHANO, L.M. **O medo do desemprego e a(s) nova(s) organizações de trabalho**. In: Psicologia & Sociedade; 17 (1): 17-28, 2005.

CASTORINO, A. **Sobre ensinar a sonhar**. Revista Humanidades e Inovação v.6, n.10: 404 - 408, 2019.

GILLEY, K. **A alquimia do medo**. São Paulo. Cultrix, 1999.

LUNA, L. **O Negro na luta contra a escravidão**. Rio de Janeiro. Leitura, 1968.

SENNETT, R. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. Trad. Lygia Araújo Watanabe. São Paulo. Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **A corrosão do caráter – consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 8ª Ed. Rio de Janeiro. Record, 2004.

\_\_\_\_\_. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

\_\_\_\_\_. **Juntos: rituales, placeres y política de cooperación**. Trad. Marco Aurelio Galmarini, Barcelona. Anagrama, 2003.

SOUZA, J. **A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato**. São Paulo. Editora Leya, 2017.

TORO, R. **Biodanza**. São Paulo. Olavobrás / EPB, 2002.

Recebido em 31 de maio de 2020.

Aceito em 14 de julho de 2021.